



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
SCHROEDER – ESTADO DA SANTA CATARINA**

**Ref.: Processo Licitatório Nº 134/2024
Modalidade Pregão Eletrônico Nº 40/2024
Contratação 901662024**

A **MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 38.092.528/0001-00, estabelecida na Rua Cinco de Outubro, nº 396, C.07, bairro Salto do Norte, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89.065-030, nesse ato, assim como neste Processo Licitatório, regularmente representada pelo seu Sócio Proprietário **Sr. DIELSON ROSA**, CPF nº 025.540.599-50, vem com o habitual respeito apresentar

RECURSO, pelas razões que passa a expor:

DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, salienta-se que nos termos do Art. 165 da Lei nº. 14.133/21, cabe recurso administrativo no prazo de **03 (três) dias úteis** da intimação ou lavratura da ata.

Ou, conforme o Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação na modalidade pregão na forma eletrônica, dispõe no Art. 44 que:

“Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.”

Citamos também, o item 8. do referido Edital:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Neste processo, a manifestação de recurso deu-se em 02 de outubro de 2024 em sessão de licitação eletrônica. De modo que, o prazo para interpor recurso decorre em 07 de outubro de 2024 devidamente registrado em “Mensagens” do presente pregão.

Demonstrada, portanto, a tempestividade, seguimos.



Rua Cinco de Outubro, nº 396
C. 07 - bairro Salto do Norte
Blumenau/SC - CEP 89.065-030



(47) 3339-1038



contato@midasseg.com.br



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

DA SÍNTESE DOS FATOS

Inicialmente trataremos de analisar o OBJETO da presente licitação, principalmente no que tange ao PROFISSIONAL pretendido para contratação e em seguida, abordaremos sobre temas diversos.

O presente edital tem por objeto:

OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a contratação de serviço de vigilância humana (um posto) com vigia desarmado 24 horas, todos os dias da semana, com sistema de rádio comunicação, com dispositivo de ronda eletrônica, sendo inclusos todos os custos referentes a este item. Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, Rua Marechal Castelo Branco no 3201.

Nos itens 3 e 7 do Estudo Técnico Preliminar, define os serviços necessários para contratação e o resultado esperado:

3. Levantamento de Mercado e identificação da solução que melhor atende a necessidade:

Os serviços de vigilância são imprescindíveis para contribuir nas atividades **de proteção à integridade do patrimônio e das pessoas no âmbito da Prefeitura Municipal Schroeder**, de forma rotineira e permanente, uma vez que tais serviços **têm a finalidade de preservar todo o seu acervo patrimonial, bem como resguardar a integridade física dos servidores, autoridades, colaboradores e dos cidadãos, justificando-se, portanto, para evitar, ou ao menos minimizar, a ameaça de danos, os quais podem gerar prejuízos inestimáveis para a estrutura deste Poder.**

7. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

A contratação apresentada, além de atender as demandas conforme sustentadas nas motivações, irá contribuir para:

Resguardar a incolumidade do patrimônio público e das pessoas no âmbito desta administração;

Garantir condições de segurança, estabilidade e consistência para o bom funcionamento das atividades finalísticas do órgão;

Garantir adequada aplicação dos recursos públicos por meio da contratação de empresa especializada na atividade de vigilância (atividade meio), visando a atingimento do interesse público, por meio da consecução da missão do órgão, com eficiência e eficácia;

Atender à preferência pelo modo de execução indireto deste objeto, considerando que a administração não possui em seus quadros funcionais mão-de-obra adequada à função.

Do Termo de Referência, citamos os itens 4. e 5. que informam os requisitos da contratação e descrição dos SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA:



Rua Cinco de Outubro, nº 396
C. 07 - bairro Salto do Norte
Blumenau/SC - CEP 89.065-030



(47) 3339-1038



contato@midasseg.com.br



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

4. Requisitos da contratação

A empresa deverá disponibilizar para o município **funcionários de vigilância não armada, qualificados e capacitados para prestar serviço de vigilância 24h (vinte e quatro horas) por dia de segunda a segunda-feira para segurança patrimonial e dos servidores em local determinado pela secretaria responsável.** A empresa contratada responsabilizar-se-á pelo treinamento e capacitação dos profissionais necessários à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus adicionais para o Município, **devendo ser disponibilizados profissionais habilitados mediante certificado de curso para função destinada** e manter as condições de habilitação e qualificação exigidas. É de responsabilidade de a empresa fornecer uniformes e equipamentos bem como exigir dos empregados o uso dos mesmos.

5. Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto

Os serviços de vigilância são imprescindíveis para contribuir nas atividades de proteção à integridade do patrimônio e das pessoas no âmbito da Prefeitura Municipal Schroeder, de forma rotineira e permanente, uma vez que tais serviços têm a finalidade de preservar todo o seu acervo patrimonial, bem como resguardar a integridade física dos servidores, autoridades, colaboradores e dos cidadãos, justificando-se, portanto, para evitar, ou ao menos minimizar, a ameaça de danos, os quais podem gerar prejuízos inestimáveis para a estrutura deste Poder.

No segmento de Segurança Privada, principalmente tratando-se de empresas que empregam serviços DESARMADOS, o judiciário Brasileiro em seu entendimento da Lei 7.102/83, recentemente criou uma insegurança sem precedentes, deixando Empresas, Funcionários e Contratantes desassistidos e em conflitos judiciais. O Judiciário permitiu a atuação de empresas clandestinas para a prestação de serviços de Vigilância Desarmada. Desde 1983 é de responsabilidade da Polícia Federal autorizar o funcionamento e fiscalizar, mas o judiciário trouxe insegurança através de novos entendimentos da Lei até então vigente, e permitiram que empresas de VIGILANCIA DESARMADA não precisem de Autorização prévia da Polícia Federal, e aceitaram que estejam sem FISCALIZAÇÃO e sem REGULAMENTAÇÃO, seja pela Polícia Federal, Polícia Civil e o Sindicato da categoria. Entretanto, mesmo com o judiciário permitindo empresas clandestinas a continuarem a exercer suas atividades, a Polícia Federal continua fiscalizando e exercendo suas atividades de fiscalizar, emitindo os “Autos de Encerramento de Atividade”, fiscalizando de ofício ou através de denúncias.

Desta forma, o edital permitiu a participação de empresas clandestinas, ou sem preparo para atender ao OBJETO da presente licitação.

Nesta mesma linha, o anexo ao edital COMPARATIVO DE VALORES – (Comparativo_de_Valores_150224_12_.pdf), no qual é apresentado 3 orçamentos, não há informação do CNPJ das empresas para análise se os orçamentos são de empresas clandestinas, ou ainda, se os orçamentos apresentados foram de profissionais VIGILANTES ou VIGIA, que possuem cada qual suas atribuições, salário base e que apenas o VIGILANTE pode atuar em órgãos públicos, conforme determina o Parágrafo Primeiro da Cláusula Terceira do TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025, NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC000679/2024, NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

MR008560/2024, já de conhecimento deste Município, ao citar que a empresa que presta atualmente o serviço apresentou tal CCT.

Para confirmar se qualquer empresa do segmento possui o ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, é possível realizar uma consulta pública no site da Polícia Federal e emitir o documento “Consultar Situação e Regularidade de Empresa de Segurança Privada”, para empresas do Segmento de Segurança Privada – Armada e DESARMADA, conforme link: <https://servicos.pf.gov.br/pgdwebcertificado/public/pages/empresa/consultarSituacaoEmpresa.jsf>

O edital recebeu 29 propostas, sendo 15 empresas sem Autorização da Polícia Federal e 14 empresas devidamente autorizadas para cumprir com o OBJETO e contratar VIGILANTES, algumas destas empresas, sequer possuem a atividade econômica condizente com a prestação de serviços de Segurança Privada, a constar o CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas através de consulta dos Cartões CNPJ's na Receita Federal. O edital permitiu que mais de 51% dos licitantes constituíssem de empresas clandestinas, sendo nitidamente os mais bem classificadas com diferença de custo, e assustadoramente, fizeram seu planejamento sem ao menos saber detalhes mínimos para determinar seu custo, como a CCT vigente, custo de vale transporte, conforme “Mensagens” enviadas após diligências com solicitação de Proposta de Preços Readequada, Planilha de Custos e Documentos de Habilitação.

Destaca-se ainda, que a CCT da categoria, em sua CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA, onde determina as condições para a contratação, decide:

Para contratarem trabalhadores para atuarem no estado de Santa Catarina, as empresas ficam **obrigadas a possuir inscrição no CNPJ com endereço em Santa Catarina.**

Observa-se, que das 29 licitantes, apenas 9 empresas com Alvará da Polícia Federal são do Estado de SC, caso qualquer outra licitante tenha endereço de filial em SC, deveria participar do certame com o CNPJ e documentos da filial.

Realizamos a pesquisa e compartilhamos com o Município:

Empresa	CNPJ	Estado	Autorização PF?
GLOBAL TEK PRESTADORA DE SERVICOS LTDA.	05.009.984/0001-95	PR	NÃO
E7 PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	13.024.787/0001-73	PR	NÃO
LONDON VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	53.638.440/0001-35	PR	SIM
J T SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	49.528.455/0001-73	CE	NÃO
DINAMICA MULTISERVICE LTDA	22.948.445/0001-30	PR	NÃO
TRIANGULO ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	80.727.977/0001-44	SC	NÃO
DEFENTEC VIGILANCIA LTDA	42.674.604/0001-63	SC	SIM
WOLF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	24.897.277/0001-27	PR	NÃO
SYSTEM SEG SERVICOS LTDA	14.666.709/0001-35	PR	NÃO

CORRETA SOLUCOES PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	17.359.384/0001-36	SP	NÃO
AGIL LTDA	26.427.482/0001-54	SC	NÃO
NELSON FERRARI LTDA	24.859.617/0001-25	PR	NÃO
EQUITY ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	31.459.892/0001-17	PR	NÃO
ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	14.576.552/0001-57	SC	SIM
MIDAS SEGURANCA PRIVADA LTDA	38.092.528/0001-00	SC	SIM
GOLD SERVICE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	02.764.609/0002-43	SC	SIM
VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	79.929.774/0001-51	SC	SIM
ORSEGUPS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	75.092.593/0001-62	PR	SIM
SEGPLUS - SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	11.933.418/0001-78	PR	SIM
GST SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	10.519.744/0001-70	SC	SIM
BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANCA LTDA	03.229.363/0002-72	SC	SIM
E C GOUVEA	15.037.271/0001-99	AM	NÃO
STATUS VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	52.833.989/0001-18	SP	SIM
JVP NETWORK & SERVICOS LT	20.599.605/0001-58	SC	NÃO
3 S SERVICOS E ENGENHARIA LTDA	35.232.983/0001-76	PR	NÃO
LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.	10.364.152/0001-27	SC	SIM
MINISTER SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	05.913.862/0001-29	SC	SIM
45.883.418 GABRIEL ELTER LOPES DE MELO FREITAS	45.883.418/0001-22	SP	NÃO

O presente edital, por mais claro do profissional VIGILANTE, para qualquer empresa que atue no segmento, seguiu com certas afirmações conforme demonstramos do conhecimento da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria para sanar quaisquer dúvidas dos interessados e que fizeram propostas com o devido intuito em firmar contrato com o Município de Schroeder.

No Esclarecimento-01, no questionamento “e)” apresentado por licitante interessada, informou e indicou o acórdão que sustenta seu questionamento, informando que não compete ao órgão público indicar a CCT, desrespeitado na condução do certame e reafirmado posteriormente em parecer jurídico 106/2024 do próprio Município de Schroeder.

e) Qual salário base e benefícios deverão ser utilizados? Qual sindicato deverá ser utilizado?

Segundo o acórdão nº 2.601/20 do Plenário do TCU, é imprópria a “exigência de que as propostas indiquem os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço, em vez de considerar o enquadramento pela atividade econômica preponderante do empregador”

R: Deverá ser utilizado o salário base da convenção coletiva de trabalho vigente. Conforme preceitua o sindicato da referida categoria.

No Esclarecimento-02, no item “6.”, é questionado sobre o Sindicato que as empresas deverão submeter-se, contendo a resposta específica da CCT de empresa de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina:



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

6. Qual Convenção Coletiva foi usada para elaborar a estimativa de custos?
O contrato vigente utiliza-se da **convenção coletiva de trabalho do sindicato das empresas de segurança privada do Estado de Santa Catarina.**

No Esclarecimentos-05, foi mencionado por empresa licitante interessada sobre o Estatuto da Segurança Privada, Lei 14.967 de 09/09/2024 que revoga a Lei 7.102/83 sobre as exigências para a empresa de SEGURANÇA PRIVADA e VIGILANTES, e foi respondido:

A ausência de exigência de autorização da Polícia Federal pode ser justificada **pelo princípio da irretroatividade das leis**, consagrado no ordenamento jurídico brasileiro. Esse princípio estabelece que uma nova legislação não pode ser aplicada a fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor, a menos que expressamente previsto o contrário. **No caso da licitação, se o edital foi publicado antes da entrada em vigor da nova legislação que exige autorização da Polícia Federal, as regras que devem ser seguidas são aquelas vigentes no momento da abertura do edital.** Ou seja, como a nova exigência não estava em vigor nesses dados, não há necessidade de sua aplicação retroativa ao processo licitatório já iniciado. Porém, conforme o artigo 40 da Lei nº 14.967/2024, será necessário para todas as empresas a autorização da Polícia Federal, porém, essa exigência passa a ser legal e administrativa, não havendo motivos para tal ser alterada no edital.

Diante de tais dúvidas entre Edital e Esclarecimentos, enviamos em 10 de setembro de 2024, o pedido de Impugnação conforme orientação no item 10.3 do edital:

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no seguinte e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Em 17 de setembro, ao observar a resposta de Esclarecimento, percebemos um e-mail que não consta no edital "vinicius.o@schroeder.sc.gov.br" e registramos para ambos os e-mails que não recebemos resposta do pedido de Impugnação, o mesmo e-mail respondeu que não foi recebido tal e-mail e depois confirmou que recebeu apenas os e-mails do dia 17 de setembro e nenhum dos dois e-mails de 10 de setembro. Conforme imagens:



Rua Cinco de Outubro, nº 396
C. 07 - bairro Salto do Norte
Blumenau/SC - CEP 89.065-030



(47) 3339-1038



contato@midasseg.com.br



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

licitacoes@midasseg.com.br Tuesday, September 17, 2024 at 10:31:00 Brasília Standard Time

Assunto: Re: Impugnação PE40.2024

Data: terça-feira, 17 de setembro de 2024 10:16:48 Horário Padrão de Brasília

De: Vinícius Casanova <vinicius.o@schroeder.sc.gov.br>

Para: licitacoes@midasseg.com.br <licitacoes@midasseg.com.br>

Bom dia. Os únicos e-mails recebidos do endereço licitacoes@midasseg.com.br foram os enviados hoje.

Vinícius Casanova
Analista de Licitações e Contratos
Município de Schroeder

Em 17-09-2024 10:01, licitacoes@midasseg.com.br escreveu:

Vinicius, bom dia!

O e-mail: "licitacao@schroeder.sc.gov.br", o qual copio, está recebendo esta mensagem?

O endereço de e-mail está correto?

Ele é o único e-mail para Impugnação prevista no edital, item 10.3. É importante a verificação e resposta através dele, devido a possível nulidade deste certame.

Atenciosamente,

Filipe Martins

De: Vinícius Casanova <vinicius.o@schroeder.sc.gov.br>

Data: terça-feira, 17 de setembro de 2024 09:47

Para: licitacoes@midasseg.com.br <licitacoes@midasseg.com.br>

Assunto: Re: Impugnação PE40.2024

Bom dia. Não recebemos este e-mail.

Vinícius Casanova
Analista de Licitações e Contratos
Município de Schroeder

Em 17-09-2024 09:22, licitacoes@midasseg.com.br escreveu:

Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio, bom dia!

Registro que em 10 de setembro formalizamos impugnação conforme item 10.3. do edital para o e-mail "licitacao@schroeder.sc.gov.br". Não consta público a resposta, e nem obtivemos

1 of 3

retorno de forma privada.

Atenciosamente,

Filipe Martins

De: licitacoes@midasseg.com.br <licitacoes@midasseg.com.br>

Data: terça-feira, 10 de setembro de 2024 19:10

Para: licitacao@schroeder.sc.gov.br <licitacao@schroeder.sc.gov.br>

Assunto: Re: Impugnação PE40.2024

Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio,

Estou enviando este e-mail sem anexos, apenas para confirmar o recebimento da Impugnação do Pregão Eletrônico 40/2024 enviado às 19:05 do dia 10 de setembro de 2024 contendo dois anexos:

1. Impugnação;
2. Ofício da Polícia Federal.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a contratação de serviço de vigilância humana (um posto) com vigia desarmado 24 horas, todos os dias da semana, com sistema de rádio comunicação, com dispositivo de ronda eletrônica, sendo inclusos todos os custos referentes a este item.

Atenciosamente,

Filipe Martins

De: licitacoes@midasseg.com.br <licitacoes@midasseg.com.br>

Data: terça-feira, 10 de setembro de 2024 19:05

Para: licitacao@schroeder.sc.gov.br <licitacao@schroeder.sc.gov.br>

Assunto: Impugnação PE40.2024

Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio,

2 of 3



Rua Cinco de Outubro, nº 396
C. 07 - bairro Salto do Norte
Blumenau/SC - CEP 89.065-030



(47) 3339-1038



contato@midasseg.com.br



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

Enviamos anexo Impugnação e Ofício Circular da Polícia Federal.

Atenciosamente,

Filipe Martins

3 of 3

O mesmo e-mail enviado para "licitacao@schroeder.sc.gov.br" contendo anexo o Pedido de Impugnação, foi enviado em cópia oculta para "martins.licitacoes@outlook.com.br", o qual enviamos ao lado a comprovação de recebimento:

martins.licitacoes@outlook.com.br Tuesday, September 17, 2024 at 10:35:45 Brasília Standard Time

Assunto: Impugnação PE40.2024

Data: terça-feira, 10 de setembro de 2024 19:06:41 Horário Padrão de Brasília

De: licitacoes@midasseg.com.br <licitacoes@midasseg.com.br>

Para: licitacao@schroeder.sc.gov.br <licitacao@schroeder.sc.gov.br>

Anexos: Impugnação PE40_2024 - Schroeder.pdf, Ofício Circular Polícia Federal.pdf

Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio,

Enviamos anexo Impugnação e Ofício Circular da Polícia Federal.

Atenciosamente,

Filipe Martins

1 of 1



Rua Cinco de Outubro, nº 396
C. 07 - bairro Salto do Norte
Blumenau/SC - CEP 89.065-030



(47) 3339-1038



contato@midasseg.com.br



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

Estamos à mercê da boa fé, visto notoriamente comprovada que esta licitante enviou o Pedido de Impugnação tempestivamente e devemos entender que em resposta do Município, não receberam o e-mail, ou, infelizmente, que os tenha recebido e não respondido, não divulgado por intenção ainda desconhecida. A Administração Pública necessita manter a segurança e transparência de todo o processo licitatório e tem o dever de garantir que todo o processo seja executado com toda a transparência, precauções e medidas de segurança possíveis. Motivo este, que a maioria dos Pregões Eletrônicos são realizados em portais que possuem todo o processo transparente em sítio/portal próprio, sem a necessidade de contarmos com a boa fé em envio de e-mails.

Durante a condução do certame, houve a publicação de parecer jurídico: https://schroeder.sc.gov.br/uploads/sites/353/2024/09/Parecer_n_106_2024_Duvida_Utilizacao_CCT.pdf, que de forma estarrecedora, o Procurador do Município e Assessora Jurídica, contrário ao respondido nos Esclarecimentos, informa que “Desta forma, constando expressamente a vedação na referida Convenção o licitante não poderá utilizar-se da mesma para formular sua composição de custos.”

Nitidamente houve análise apenas do Termo Aditivo, e não da Convenção Coletiva Principal, o que demonstra o despreparo para a condução do certame, desde sua elaboração, sua condução e pareceres jurídicos. No próprio Termo Aditivo menciona a **CCT Principal 10263.101921/2023-56** de 06 de junho de 2023. Vale destacar, que foi orientação do Ilustríssimo Senhor Pregoeiro a utilização do **Termo Aditivo a Convenção Coletiva De Trabalho 2024/2025**, informando o link em Mensagem: <https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/ResumoVisualizar?nrSolicitacao=MR008560/2024>

De forma, inconformada com a condução do certame, iremos apresentar argumentos sobre os FATOS:

- a) PROFISSIONAL PARA CUMPRIR O OBJETO LICITADO;
- b) IMPUGNAÇÃO NÃO RESPONDIDA;
- c) EMPRESAS SEM AUTORIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL;
- d) PROPOSTA INEXEQUÍVEL.

DAS RAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS

Preliminarmente é imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa. Todavia, cada um dos seus atos deve ser conduzido em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

Neste sentido, elucidamos as palavras do renomado Hely Lopes Meirelles, vejamos:

“A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos.”

De pronto, concluímos que não há como se falar em proposta mais vantajosa que não esteja em consonância com as normas do edital e os princípios que regem a licitação. Assim, diante desta medida que nos encontramos, é notório que os responsáveis pela elaboração do termo de referência, estudo técnico preliminar e edital, não tiveram o cuidado e zelo de entender qual profissional é o responsável para cumprir com o OBJETO do edital, desconsideraram alertas pertinentes nos esclarecimentos e não responderam o pedido de impugnação que conduziria ao entendimento legal de Lei Especial e evitaria toda a morosidade causada até o momento.

Apresentamos a Decreto Federal nº 10.024/2019 que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, dispõe no Art. 17, o seguinte:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:
[...]

II – receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

V – verificar e julgar as condições de habilitação;

VII – receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII – indicar o vencedor do certame; - GRIFO NOSSO

Mediante a simples leitura do supracitado artigo, resta cristalino os poderes designados aos Ilustríssimos Senhores Pregoeiros, que entre outras competências, está de receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos e incumbido de verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital.

Vale ressaltar, que mesmo com a Lei Federal nº 14.133/21 vigente desde o dia Primeiro de Abril de 2021, não era mantida como a BASE LEGAL e FORMAL para direcionar a elaboração de EDITAIS, e sim a Lei Federal nº 8.666/93, o que INFELIZMENTE, devido ao breve início de sua utilização, não sua vigência, é passível de erros, motivados principalmente pela má interpretação e o costume de anos licitando pela Lei anterior, mas os recursos administrativos nos dão a OPORTUNIDADE LEGAL para corrigi-los, saná-los e buscar o FIEL cumprimento da LEI e NORMAS, **SEM PREJUDICAR** nenhum dos licitantes, população e a própria Administração Pública.

Trazemos pontos que a Lei 14.133/21, onde define e estabelece obrigações sobre o EDITAL:

CAPÍTULO III DAS DEFINIÇÕES



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) **definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;**

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

d) **requisitos da contratação;**

e) **modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;**

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

g) critérios de medição e de pagamento;

h) **forma e critérios de seleção do fornecedor;**

i) estimativas do valor da contratação, **acompanhadas dos preços unitários referenciais**, das memórias de cálculo e **dos documentos que lhe dão suporte**, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, **que devem constar de documento separado e classificado;**

j) adequação orçamentária;

CAPÍTULO II DA FASE PREPARATÓRIA

Seção I Da Instrução do Processo Licitatório

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, **bem como abordar todas as considerações técnicas**, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

[...]

II - a **definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;**

[...]

§ 1º O **estudo técnico preliminar** a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, **acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte**, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, **à habilitação**, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

→ § 3º **Todos os elementos do edital**, incluídos minuta de contrato, **termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos**, deverão ser **divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital**, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

Analisando a legislação, é **NOTORIAMENTE** perceptível a importância do TERMO DE REFERÊNCIA, e demonstrado acima, é OBRIGAÇÃO da Administração Pública dar **PUBLICIDADE** inclusive ao “TERMO DE REFERÊNCIA, ANTEPROJETO, PROJETOS e OUTROS ANEXOS”, ao qual nos referimos dos orçamentos prestados pelas 3 empresas, que constam apenas nomes, telefones, e-mails e sem nenhum documento oficial que ligue o orçamento ao informado.



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

Conduzimos então aos itens abordados:

a) PROFISSIONAL PARA CUMPRIR O OBJETO LICITADO;

Destacamos que o profissional para cumprir o OBJETO deste presente edital, é o **VIGILANTE**, não Vigia, não Controlador de Acesso e não Porteiro.

Inicialmente destacamos a CCT que é de conhecimento do Município e citado em Esclarecimentos e nas Mensagens do certame e enfatizamos o que citam os Parágrafos da Cláusula Terceira:

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025
NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC000679/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 19973.003807/2024-19

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Parágrafo primeiro: **É vedado** aos trabalhadores que exercem a função de **VIGIA atuarem** em instituições financeiras e **órgãos públicos**, bem como é vedado aos trabalhadores que exercem as funções de VIGIA atuarem armados. É vedado ao VIGIA realizar revista pessoal corporal.

Parágrafo segundo: **Equiparam-se a VIGIA**, para os fins da presente norma coletiva, as funções de **controlador de acesso, fiscal de acesso, monitor de acesso e quaisquer outras que tenham atividades similares** ao controle de acesso e proteção patrimonial.

Parágrafo terceiro: Ao VIGIA não compete a reação ativa (enfrentamento), mas tão somente o zelo pelo patrimônio e, em caso de necessidade, ameaça ou intrusão que demandem enfrentamento, o VIGIA deverá acionar a vigilância e/ou órgãos competentes (Polícia).

O SINDICATO da categoria, nas suas atribuições e através do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2023/2024, nitidamente não consultado pelo Município de Schroeder, no processo número 10263.100479/2023-41, estabelece na Cláusula 22 da "Obrigatoriedade de constar na Carteira de Trabalho e Previdência Social a função **VIGILANTE**, sendo vedado o registro como vigia ou qualquer outra expressão que descaracterize a função do vigilante."

Com base na Portaria 397/2002, foi instituída a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, que retrata a realidade das profissões do mercado de trabalho brasileiro, ao qual, o **VIGILANTE** possui o código 5173-30 que estabelece:

Descrição Sumária

Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; **zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos**; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de



Rua Cinco de Outubro, nº 396
C. 07 - bairro Salto do Norte
Blumenau/SC - CEP 89.065-030



(47) 3339-1038



contato@midasseg.com.br



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

Neste sentido, é inerente que as empresas do segmento necessitam observar atentamente ao acordo, assim como citado pela Administração Pública nos Esclarecimentos e Mensagens, ao exigir planilha de custos e formação de preços, solicitando de acordo com a CCT da Segurança Privada. Portanto, a Administração Pública ao fazer tal observação, reconhece que a categoria deve seguir as normas e diretrizes do SINDICATO da categoria e todas as leis e normas citadas até então, e que trabalham em conjunto para a autorização e fiscalização da categoria para garantir dignidade ao VIGILANTE.

O Parecer Jurídico 106/2024, elaborado equivocadamente com a menção “Desta forma, constando expressamente a vedação na referida Convenção o licitante não poderá utilizar-se da mesma para formular sua composição de custos.”, apresentamos que sim, é a CCT correta, entretanto, o profissional que deverá executar o OBJETO, é o VIGILANTE, não o VIGIA. Erros cometidos desde a elaboração do edital, não observado no parecer jurídico em resposta ao Esclarecimento-05, condução do pregão eletrônico e a elaboração do parecer 106_2024.

Percebam, que o VIGILANTE necessita de CNV e Curso de Formação/Reciclagem, além de certidões necessárias para possuir autorização da Polícia Federal para exercer a função. O documento apresentado pelo profissional é:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
CGCSP – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

15/02/2024

DECLARAÇÃO DE TIPO E SITUAÇÃO DE PESSOA

Tipo : VIGILANTE
Situação : ATIVO
CPF : [REDACTED]
Nome : [REDACTED]
UF de Residência : SC
Possui cadastro biométrico junto à Polícia Federal : NÃO
Numero RIC : -
Habilitações :
FORMAÇÃO DE VIGILANTES
Data de Validade da CNV : 14/11/2025
Data de Validade da Formação/Reciclagem : 30/09/2025

OBS.: O exercício da atividade de vigilante só pode se dar por meio de empresa de segurança privada devidamente autorizada pela Polícia Federal, sendo proibido o trabalho de forma autônoma.

DESTACAMOS, que o próprio documento apresentado pelo VIGILANTE, contém a observação:



Rua Cinco de Outubro, nº 396
C. 07 - bairro Salto do Norte
Blumenau/SC - CEP 89.065-030



(47) 3339-1038



contato@midasseg.com.br



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE VIGILANTE SÓ PODE SE DAR POR MEIO DE **EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA** DEVIDAMENTE **AUTORIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL**, SENDO PROIBIDO O TRABALHO DE FORMA AUTÔNOMA.

Em edital com OBJETO similar a este, o Município de Treze Tílias no Pregão Eletrônico 17/2024 realizou consulta a Polícia Federal e disponibilizou o Ofício Circular nº 1/2024/UCV/NPA/DPX/SC com o assunto: “Esclarecimentos Sobre a Contratação e Legislação que Trata dos Serviços de Segurança Privada.”, inclusive consta no mencionado edital, o AUTO DE ENCERRAMENTO DE ATIVIDADE de empresa que operava clandestinamente e havia solicitado a Impugnação para a retirada do Alvará de Autorização de Funcionamento expedido pela Polícia Federal.

Conclui-se, portanto, que o profissional VIGILANTE somente pode ser contratado por empresa Autorizada pela Polícia Federal, somente o VIGILANTE pode atuar em órgãos públicos conforme determinação do SINDICATO, e que somente o VIGILANTE possui as atribuições legais e funções para cumprir com o OBJETO da presente licitação.

Nota-se do anexo ao edital “Comparativo_de_Valores_150224_12_.pdf” não foi apresentado orçamento formal, aparentemente apenas uma consulta, onde na Descrição é para **VIGIA** e não VIGILANTE:

1 (Um) posto de vigilância humana com **vigia** desarmado 24 horas de segunda a segunda-feira, com sistema de rádio comunicação, com dispositivo de ronda eletrônica, sendo inclusos todos os custos referente a este item.

Há citação das empresas, TRIAGULO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, SECURITY JARAGUA COM. E PORTARIA ERELI e CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, sem a apresentação dos CNPJ's, que em pesquisa, duas das empresas que realizaram o orçamento, não podem contratar VIGILANTES:

Empresa	CNPJ	Autorização PF?
TRIANGULO ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	80.727.977/0001-44	NÃO
SECURITY JARAGUA SEGURANCA E PORTARIA LTDA	26.682.630/0001-87	NÃO
CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	83.719.963/0001-77	SIM

Questiona-se, como a Administração Pública realiza uma licitação para vigilância desarmada, com orçamentos fornecidos por empresas que não podem fornecer o serviço, distorcendo a composição de preços e custos para os licitantes participantes, estabelecer somente na fase de Habilitação que o profissional não pode ser o VIGIA, mas sim o VIGILANTE e achar que tal erro não carece de suspensão do edital, anulação e publicação de novo, com as devidas correções? Se o orçamento é para VIGIA, e demonstrado que VIGIA não pode atuar em órgãos públicos, possui uma base salarial de R\$ 1.802,00 e VIGILANTE possui uma base salarial de R\$ 1.865,60, ainda com adicional de 30% de periculosidade, 7% de assiduidade, seguro de vida, 20% de adicional noturno, entre outros.



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

Apenas o fato dos orçamentos não apresentados, é motivo para constatar a ILEGALIDADE do certame, e houve ainda, 2 dos 3 preços informados, de empresas que não podem prestar o serviço OBJETO deste edital. A condução do certame, corrobora ainda para inobservância legal dos responsáveis pelo TR e ETP, em não saber o que a Administração Pública necessita contratar, decidido apenas após 6 inabilitações/desclassificações, que o profissional é o VIGILANTE.

b) IMPUGNAÇÃO NÃO RESPONDIDA;

Conforme comprovado, foi enviado tempestivamente em 10 de setembro o pedido de Impugnação conforme previsto no Edital e consoante a Lei 14.133/21. Reiteramos, que no item “10.3.” do edital, a única forma de formalizar a Impugnação seria através do e-mail “licitacao@schroeder.sc.gov.br”, não prevendo nenhuma outra forma, seja outro e-mail ou no sítio compras.gov.br. Enviamos e-mail com os anexos e posteriormente e-mail sem anexos para confirmação do recebimento, ao observar que nos Esclarecimentos havia o e-mail “vinicius.o@schroeder.sc.gov.br” respondendo os interessados, foi questionado e nos informou que não recebeu os e-mails.

Por qual motivo o Município estabelece em edital que os pedidos de esclarecimentos, impugnação e recursos são vinculados ao “licitacao@schroeder.sc.gov.br” e as respostas são enviadas de outro e-mail? Há o vínculo legal estabelecido no edital de qual a forma de realizar o pedido de Impugnação e Esclarecimentos, e deveria ser seguido pelo Agente de Contratação.

O Decreto 10.024/2019 que Regulamenta a licitação na modalidade pregão eletrônica:

DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Art. 24. **Qualquer pessoa poderá impugnar** os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

O não cumprimento de um rito legítimo, que tinha o intuito de trazer clareza aos erros grosseiros frente a elaboração do edital, já é dado suficiente para suspender o certame e declarar sua NULIDADE. O Agente de Contratação informar que não recebeu o e-mail, por mais que tenha fé pública nos atos praticados pelo servidor público, há hipótese de recebimento e não interesse em respondê-lo, ou inobservância de caixas de “spam” ou lixo eletrônico, identificado e não assumido devido a necessidade de suspender o edital.



Rua Cinco de Outubro, nº 396
C. 07 - bairro Salto do Norte
Blumenau/SC - CEP 89.065-030



(47) 3339-1038



contato@midasseg.com.br



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

Consistiu preferência do Município o portal a ser utilizado para a execução deste Pregão Eletrônico, portal este, que não disponibiliza o registro de manifestações como Esclarecimentos e Impugnação de forma transparente aos licitantes, utilizando e-mails onde carecemos de acreditar na boa fé, ausência de erro humano e exímia execução do serviço na condução deste certame. Haja vista não haver publicidade do ato, nos faz questionar o mesmo e-mail enviado a dois destinatários, um receber e outro alegar que não, indícios suficientes que possa haver o recebimento e instauração de processo administrativo para verificar e garantir a princípios básicos, contidos no art. 5º da Lei 14.133/2021, como legalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e da celeridade.

Destacamos o art. 9º da Lei 14.133/2021:

Art. 9º É **vedado ao agente público** designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - **admitir**, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) **comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;**

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou **irrelevantes para o objeto específico do contrato;**

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - **opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.**

Trazemos Ementa para corroborar com o fato:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA AO EDITAL. AUSÊNCIA DE RESPOSTA. ILEGALIDADE. O dever de julgar e responder à impugnação apresentada tempestivamente ao edital de licitação não se insere na discricionariedade da Administração Pública, que está igualmente vinculada aos termos do instrumento convocatório. Recurso conhecido e provido.

(TJ-MG - AI: XXXXX21085384001 MG, Relator: Albergaria Costa, Data de Julgamento: 09/02/2023, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 15/02/2023)



Rua Cinco de Outubro, nº 396
C. 07 - bairro Salto do Norte
Blumenau/SC - CEP 89.065-030



(47) 3339-1038



contato@midasseg.com.br



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

Diante dos fatos, é inerente a instauração de processo administrativo para identificar o recebimento do e-mail com laudo técnico que corrobore com tal fato. Constatando o recebimento, deve-se suspender o Pregão Eletrônico e declarar sua Nulidade.

c) EMPRESAS SEM AUTORIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL;

A Lei nº 14.133/21, estabelece sobre os princípios:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da **padronização, considerada a compatibilidade** de especificações estéticas, técnicas ou de **desempenho**;

O Art. 62. da mesma lei:

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I - jurídica;
- II - técnica;**
- III - fiscal, social e trabalhista;
- IV - econômico-financeira.

A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 67, instrui sobre a documentação relativa à qualificação **técnico-profissional** e técnico-operacional conforme segue:

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

[..]

IV - **prova** do atendimento de requisitos previstos em **LEI ESPECIAL**, quando for o caso;

Em relação a qualificação técnica das empresas licitantes, é dever da Administração aferir a experiência da Pessoa Jurídica, certificando-se que essa empresa executou, anteriormente, objeto compatível em características, quantidades e prazos com o objeto licitado. A lei ressaltou autonomia à Administração para definir as condições da contratação administrativa, ou seja, a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento, entre outros, sendo essa competência discricionária.





MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

O renomado jurista brasileiro, Dr. Marçal Justen Filho, é enfático ao citar que a Administração Pública possui autonomia para definir as condições da contratação administrativa, então trazemos um trecho da sua obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, na página 70:

“Por isso, a lei ressalva autonomia para a Administração definir as condições da contratação administrativa. (...) Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação.” (Grifo nosso)

Empresas do Ramo de SEGURANÇA PRIVADA, ARMADA e/ou DESARMADA, são regidas no âmbito FEDERAL PRINCIPALMENTE pelas LEIS e NORMAS:

- **Lei nº 7.102/83**, dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências;

- **Decreto nº 89.056/83**, que regulamenta a Lei nº 7.102/83; e

- **Portaria nº 18.045/2023 da Polícia Federal**, que disciplina as atividades de segurança privada e regula a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros.

IMPORTANTE! A Lei 7.102/83 foi revogada pela Lei 14.967/2024, que ainda aguarda publicação de Decreto e Portarias para regulamentação.

DESTACAMOS OS FATOS RELEVANTES:

Lei nº 7.102/83

Art. 20. Cabe ao **Ministério da Justiça**, por intermédio de seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal:

I - Conceder autorização para o funcionamento:

a) das empresas especializadas em serviços de vigilância;

Portaria Nº 18.045, DE 17 DE ABRIL DE 2023

[...] tendo em vista o disposto na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983; no Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983; e na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Disciplinar as atividades de segurança privada, armada e **DESARMADA**, desenvolvidas por **EMPRESAS ESPECIALIZADAS**, por empresas que possuem serviço



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

orgânico de segurança e por vigilantes que atuam nas empresas especializadas e nas empresas que possuem serviço orgânico de segurança, bem como regular a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros.

§ 1º As atividades de segurança privada são:

- I - autorizadas, controladas e fiscalizadas pela Polícia Federal; e**
- II - complementares às atividades de segurança pública nos termos da legislação específica.**

§ 2º A política de segurança privada envolve a administração pública e as classes patronal e laboral, observados os seguintes objetivos:

- I - dignidade da pessoa humana;
- II - segurança dos cidadãos;
- III - prevenção de eventos danosos e diminuição de seus efeitos;
- IV - aprimoramento técnico dos vigilantes; e
- V - estímulo ao crescimento das empresas que atuam no setor de segurança privada.

§ 3º São consideradas atividades de segurança privada:

- I – **VIGILÂNCIA PATRIMONIAL:** atividade exercida em eventos sociais ou dentro de estabelecimentos urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;
- [...]

Art. 2º Para os efeitos deste normativo, são utilizadas as seguintes terminologias:

- I - **empresa especializada:** pessoa jurídica de direito privado autorizada a exercer as atividades de vigilância patrimonial, de transporte de valores, de escolta armada, de segurança pessoal e de cursos de formação;
- II - **empresa possuidora de serviço orgânico de segurança:** pessoa jurídica de direito privado autorizada a constituir um setor próprio de vigilância patrimonial ou de transporte de valores, nos termos do § 4º do art. 10 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;
- III - **vigilante:** profissional capacitado em curso de formação, empregado de empresa especializada ou de empresa possuidora de serviço orgânico de segurança, registrado na Polícia Federal, e responsável pela execução de atividades de segurança privada;
- [...]

CAPÍTULO II DAS UNIDADES DE CONTROLE E DE FISCALIZAÇÃO

Art. 3º O controle e a fiscalização das atividades de segurança privada são exercidos pelos órgãos e unidades abaixo indicados:

- I - Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos - CGCSP/DPA/PF: unidade vinculada à Diretoria-Executiva da Polícia Federal, responsável pela coordenação das atividades de segurança privada, assim como pela orientação técnica e



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas Delegacias de Controle de Segurança Privada - DELESPs e pelas Unidades de Controle e Vistoria - UCVs;

II - DELESPs: unidades regionais vinculadas às superintendências de Polícia Federal nos Estados e no Distrito Federal, responsáveis pela fiscalização e controle das atividades de segurança privada, no âmbito de suas circunscrições, cabendo-lhes, dentre outras atribuições:

[...]

CAPÍTULO III
DAS EMPRESAS ESPECIALIZADAS
Seção I
Da Vigilância Patrimonial
Subseção I
Dos Requisitos de Autorização

Art. 4º O exercício da atividade **de vigilância patrimonial dependerá de autorização prévia da Polícia Federal**, por meio de ato do coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos, **publicado no Diário Oficial da União**, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - possuir capital social integralizado mínimo de 100.000 (cem mil) Unidade Fiscal de Referência - UFIR;

II - provar que os sócios, administradores, diretores e gerentes da empresa de segurança privada não tenham condenação criminal registrada;

III - contratar, e manter sob contrato, o mínimo de quinze vigilantes, devidamente habilitados;

IV - comprovar a posse ou a propriedade de, no mínimo, um veículo comum, com sistema de comunicação ininterrupta com a sede da empresa em cada unidade da Federação em que estiver autorizada;

V - possuir instalações físicas adequadas, comprovadas mediante **certificado de segurança**, observando-se:

[...]

VI - contratar seguro de vida coletivo.

[...]

§ 3º As empresas especializadas que **NÃO** possuírem armas de fogo:

[...]

II - para a guarda de coletes e equipamentos não letais, deverão possuir local seguro e adequado construído em alvenaria, sob laje, com um único acesso, com porta de ferro ou de madeira reforçada com grade de ferro, dotada de fechadura especial, além de sistema de combate a incêndio nas proximidades da porta de acesso.

[...]





MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

Art. 5º As empresas que desejarem constituir **FILIAL** em unidade da Federação onde ainda não tiverem autorização de funcionamento deverão preencher todos os requisitos exigidos por este normativo para a atividade pretendida, acrescidos dos documentos previstos nos incisos I e II do art. 142, mediante requerimento de autorização apresentado na DELESP ou UCV do local onde pretende constituir a filial, dispensando-se processo autônomo de alteração de atos constitutivos.

§ 1º A autorização de funcionamento de filial será expedida por meio de alvará do coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos publicado no Diário Oficial da União, referente às atividades de vigilância patrimonial, transporte de valores ou cursos de formação, conforme o caso, devendo ser **REVISTA ANUALMENTE** em processo autônomo.

[...]

CAPÍTULO XIII

DA EXECUÇÃO NÃO AUTORIZADA DAS ATIVIDADES DE SEGURANÇA PRIVADA

Art. 186. A execução não autorizada das atividades de segurança privada por pessoa física ou jurídica, por qualquer meio, implicará a lavratura do auto de encerramento respectivo.

§ 1º As atividades de segurança privada, armada ou desarmada, podendo haver o uso, concomitante ou não, de colete, algemas, cassetete, cães, uniforme ostensivo e outros instrumentos típicos de segurança privada, englobam as funções de:

- I - abordar ou realizar contenção de pessoas, com ou sem o uso da força;
- II - realizar revista privada;
- III - realizar rondas;
- IV - intervir diante de hipótese de crime, em caráter preventivo ou repressivo; e
- V - outras funções típicas de segurança privada.

§ 2º No caso de constatação de serviços não autorizados, a DELESP ou a UCV:

- I - deverá, para fins de prova, arrecadar as armas e munições utilizadas, podendo realizar fotografias, tomar depoimentos de testemunhas ou vigilantes, bem como realizar outras diligências que se fizerem necessárias;
- II - lavrará o auto de encerramento de atividade não autorizada de segurança privada;
- III - notificará o responsável pela atividade, entregando cópia do auto de encerramento e dos autos de arrecadação lavrados, consignando o prazo de dez dias para a apresentação de defesa escrita; e
- IV - notificará, ainda, o tomador dos serviços, caso haja, entregando cópia do auto de encerramento respectivo, de que poderá ser igualmente responsabilizado caso contribua, de qualquer modo, para a prática de infrações penais possivelmente praticadas pelo contratado.**

§ 3º Findo o prazo previsto para a apresentação da defesa, o chefe da DELESP decidirá fundamentadamente no prazo de trinta dias sobre o encerramento das atividades, notificando o autuado.



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

§ 4º Findo o prazo previsto para a apresentação da defesa, a UCV elaborará relatório opinativo, no prazo de cinco dias, cabendo ao chefe da descentralizada decidir fundamentadamente, no prazo de trinta dias, sobre o encerramento das atividades, notificando o autuado.

§ 5º Das decisões de que tratam os §§ 3º e 4º deste artigo caberão recursos ao superintendente regional, no prazo de dez dias, cientificando o autuado após a decisão final.

§ 6º Transitada em julgado a decisão administrativa que reconhecer a atividade como sendo de segurança privada não autorizada, deverá a DELESP ou a UCV:

- I - oficial à Corregedoria Regional ou ao chefe da descentralizada para eventual instauração do procedimento penal cabível, em caso de recalcitrância;
- II - comunicar à CGCSP/DPA/PF;
- III - no caso de empresa especializada encerrada, oficial aos contratantes da empresa, à Junta Comercial ou ao Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, às Receitas Federal, Estadual e Municipal, à Procuradoria Regional do Trabalho e à Secretaria de Segurança Pública, comunicando o encerramento;
- IV - no caso de serviço orgânico de segurança encerrado, oficial à Procuradoria Regional do Trabalho e à Secretaria de Segurança Pública, comunicando o encerramento; e
- V - lançar os dados da pessoa física ou jurídica cuja atividade foi encerrada em sistema informatizado da Polícia Federal.” **GRIFOS NOSSOS.**

Conforme demonstrado, é **EXIGÊNCIA**, que o edital requeresse o **ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO** expedido pela **POLÍCIA FEDERAL DEVIDAMENTE PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – D.O.U.** Conforme o inciso IV do § 2º, Art. 186 da Portaria supra, o CONTRATANTE poderá, inclusive ser responsabilizado pela EXECUÇÃO de serviços NÃO AUTORIZADOS.

Neste sentido, a Polícia Federal deflagrou no dia 23 de maio de 2024 a Operação Segurança Legal VIII com a finalização de combate a empresas clandestinas de segurança privada. A notícia e mais informações podem ser acessadas no Link retirado do site da Polícia Federal: (<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/pf-faz-oitava-fase-da-operacao-seguranca-legal-em-combate-a-empresas-clandestinas-de-seguranca>). Retiramos da notícia, um trecho que corrobora com o exposto até o presente momento:

“A contratação desses serviços de segurança privada coloca em risco a integridade física de pessoas e o patrimônio dos contratantes, já que os “seguranças” clandestinos não se submetem ao controle da Polícia Federal quanto aos seus antecedentes criminais, formação, aptidão física e psicológica. Além disso, as **empresas que atuam na clandestinidade não observam os requisitos mínimos de funcionamento previstos na legislação. No Brasil, somente empresas de segurança privada autorizadas pela PF podem prestar serviços e contratar vigilantes.**”

Tal vício, além de prejudicar os licitantes devidamente autorizados, prejudica, ainda mais, a própria Administração Pública, que poderá não alcançar, de fato, a principal finalidade da licitação, que é a obtenção da melhor proposta e salvaguardar o patrimônio e segurança dos cidadãos.



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

Além da AUTORIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL, as EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA em SC, necessitam da **CERTIDÃO DE CUMPRIMENTO DE REGULARIDADE**, conforme legislação vigente, citamos a Constituição Estadual, Portaria nº 015/GEPES/DIAF/SSP/2015 e Resolução nº 19/GAB/DGPC/PCSC/2022.

Na Constituição Estadual de 1989, Artigos 105, inciso I, e 106, incisos IV e V:

Art. 105. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – Polícia Civil;

Art. 106. A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, subordina-se ao Governador do Estado, cabendo-lhe:

[...]

IV – a supervisão dos serviços de segurança privada;

V – o controle da propriedade e uso de armas, munições, explosivos e outros produtos controlados;

Portaria nº 015/GEPES/DIAF/SSP/2015:

Considerando o que estabelece o artigo 14, II, da Lei Federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983, e o artigo 38, § 1º, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, de que é dever das empresas que exploram **serviços de vigilância** e transporte de valores **comunicar à Secretaria de Estado da Segurança Pública da unidade da federação em que irão operar**.

Resolução nº 19/GAB/DGPC/PCSC/2022

Regulamenta e consolida as normas internas relativas à expedição de certidão de cumprimento de regularidade para as empresas de segurança privada especializadas e para as empresas que possuem serviço orgânico de segurança, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências.

Art. 1º Compete à Polícia Civil do Estado expedir certidão de cumprimento de regularidade para o funcionamento de empresa de segurança privada especializada e para empresa que possua serviço orgânico de segurança, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Pelo exposto, com as exigências contidas no Edital, Estudo Técnico e/ou Termo de Referência, reiteramos que é o VIGILANTE que exercerá tais funções, que devem ser contratados por empresas de SEGURANÇA PRIVADA devidamente Autorizadas, tanto pela Polícia Federal, quanto pela Polícia Civil, sendo assim, veementemente necessário exigir no edital ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO e CERTIDÃO DE CUMPRIMENTO DE REGULARIDADE e não observado pelo Município de Schroeder ao publicar o referido edital, mencionado em esclarecimentos e enviado na Impugnação não respondida.



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

Em resposta aos esclarecimentos sobre o Estatuto da Segurança Privada, lei aprovada após a publicação do Edital, ainda em fase de edição de Decreto e Portarias, o Município informou da irretroatividade da Lei, e que não se aplica ao edital, entretanto, não observou que TODAS as empresas do segmento terão prazo para adequar-se a LEI, eliminando principalmente as inseguranças geradas pelo judiciário, legitimando o que desde 1983 são atribuições da Polícia Federal autorizar e fiscalizar.

Diante da ausência em observar Lei Especial, prevista na 14.133/2021, corroborando com a ILEGALIDADE deste certame, sugerimos a suspensão, que seja declarado a sua NULIDADE.

d) PROPOSTA INEXEQUÍVEL;

Após 6 (seis) licitantes inabilitados/desclassificados, foi apresentado como licitante vencedora na fase de lances e habilitação a empresa DEFENTEC VIGILANCIA LTDA, inscrita no CNPJ 42.674.604/0001-63 com valor de lance R\$ 236.832,00, apresentando em Planilha de Custos, margem de lucro de 0,23% para Vigilante Diurno e 0,24% para Vigilante Noturno, equivalendo a um lucro de R\$ 556,84.

Após não conseguir realizar o preenchimento da Planilha de Custos, apresentou uma Manifestação, onde informa após ser questionado sobre a margem de lucro, que prestou para demais Municípios com os mesmos custos mensais para contratação de VIGIA/VIGILANTE. Houve apresentação para o item “7.2.1. Certidão conjunta, relativa a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, e Contribuições Sociais (INSS), expedida pela Secretaria da Receita Federal;” uma certidão Positiva com Efeitos de Negativa, não seriam indícios de problemas com o recolhimento de tributos? Corroborando com a apresentação de uma margem de lucro tão pequena na Planilha de Custos e realizar demais contratos sem a devida análise dos custos?

Nesta mesma manifestação, é utilizado como base legal o Acórdão 4.621 – 2ª Câmara do TCU de 01/09/2009 baseados na Lei 8.666/93, vigente há época. Atualmente, a Lei é a 14.133/2021, que já estabelece as diligências para auferir a exequibilidade da oferta e ainda estabelece o poder de desclassificar a licitante conforme citamos:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

[...]

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

[...]

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

O próprio edital determina:

4.1.2. proposta comercial com planilha de composição de custos (ANEXO III), indicando os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem a categoria profissional que executará o serviço e as respectivas datas bases e vigência

[...]

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

Competia a própria Administração Pública desclassificar a licitante ao analisar a Planilha de Custos, como fez com licitantes anteriores, mas dando sequência, habilitando-a, é sinal que o Município concordou com os custos apresentados e entende pela exequibilidade da proposta.

Diante de mais um erro na condução, apresentamos itens da Planilha de Custos a serem observados:

Módulo 1 – Composição da remuneração.

D – Adicional Noturno.

No VIGILANTE Noturno, a empresa informou o custo de R\$ 123,37, ou seja, 6,66%. O percentual mínimo aplicável é de 20% sobre o salário base para o Vigilante Diurno. O custo mínimo apresentado, deveria ser de R\$ 373,12.

Submódulo 2.3 – Benefícios mensais e diários

A – Transporte

C – Assistência Médica e familiar de R\$ 14,00

No item A – Transporte, a empresa aparentemente informou o valor pago pelo funcionário, não o valor pago pela empresa.



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

O valor apresentado de R\$ 14,00 para o item é muito baixo, mesmo sendo uma contratação global, o Município deveria ter realizado diligência solicitando o contrato para comprovação. Evidente, que o fato sozinho, não carece de tal diligência, mas reiterados erros fortalece o pedido.

Módulo 5 – Insumos diversos

A – Uniformes – Cláusula 47 da CCT

B – Equipamentos

C – Curso de Reciclagem – Cláusulas 17 e 27 da CCT

A licitante não destinou o custo para Uniformes e Equipamentos, mesmo informando que há estoque, o custo deve ser apresentado na composição da Planilha de Custos. Nos anexos do Edital, não há especificações dos itens de Uniformes e Equipamentos, apenas limita-se ao item 4 do Termo de Referência: “É de **responsabilidade de a empresa** fornecer uniformes e equipamentos bem como exigir dos empregados o uso dos mesmos.” e o que consta no ANEXO nº 01 - COMPARATIVO DE VALORES em Descrição: “1 (Um) posto de vigilância humana com vigia desarmado 24 horas de segunda a segunda-feira, com sistema de rádio comunicação, com dispositivo de ronda eletrônica, sendo inclusos todos os custos referente a este item.”.

Voltamos a um erro já mencionado, que vem deste os orçamentos, sendo de empresas aparentemente sem Autorização para contratação de Vigilantes, fornecendo um orçamento aparentemente para Vigias, que sequer podem executar os serviços em órgãos públicos, portanto, com a omissão dos orçamentos, apenas limitando-se a fornecer dados genéricos, não conseguimos determinar a qual profissional compõe o custo e conseqüentemente aos uniformes e equipamentos necessários. O custo dos uniformes e equipamentos inclui todos os itens que compõe o uniforme do empregado, citamos alguns exemplos: cinto, camisa, calça, jaqueta, capa de chuva, crachá, par de meias, apito, cordão de apito, par de sapatos, boné, livro de ocorrências, tonfa, porta tonfa, spray lacrimogênio, radiocomunicador, detector de metais, entre outros.

O custo deste item, pode variar muito, estimativas caso tenha em estoque com a alocação dos preços, até a aquisição de todos os equipamentos novos.

No item C, não foi informado o valor correspondente ao Curso de Reciclagem contidas nas cláusulas 17 e 27 da CCT.

Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro

A2 – Seguro de Vida, Invalidez e Funeral – R\$ 5,00 – Cláusula 14 CCT

C – Tributos (SIMPLES NACIONAL) – 1,27% no valor de R\$ 0,15

C1 – Tributos Federais (especificar) – 1,63% no valor de R\$ 75,81

No item A2, o valor de R\$ 5,00 para cobertura do Seguro de Vida, Invalidez e Funeral é irrisório. Não há condições de um seguro cobrir o que determina a CCT pelo valor de R\$ 5,00. O Município deveria ter solicitado diligência com a apresentação da apólice de seguro contratada. Salientamos novamente,



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

que este sendo um único problema encontrado, não seria razão isolada para diligências da apólice, mas o conjunto de erros e omissões, corroboram com o pedido.

No item C, em consulta da fórmula utilizada, a somatória está em células vazias e não nos totais, fazendo a correção, haverá despesa de R\$ 58,31 e não R\$ 0,15 a exemplo do Vigilante Diurno. Ainda, além do erro na fórmula, a Licitante utilizou de alíquota de 1,27%, sendo que o Simples compõe de IRPJ de 3,65%, CSLL de 3,73% e PIS de 0,76%, muito diferente do apresentado pela empresa.

No item C1, informou 1,63%, sendo que COFINS tem o percentual de 3,51% (percentual oscila conforme faturamento dos últimos 12 meses).

Erros são passíveis de ocorrerem no preenchimento de qualquer planilha, por qualquer empresa. A legislação prevê que não é motivo para inabilitação/desclassificação na medida que os erros possam ser corrigidos ou sanáveis. Entretanto, a empresa demonstrou mesmo após diligências para correção, que desconhece as previsões legais e deixa inclusive na dúvida, de que os devidos recolhimentos tributários e pagamentos de benefícios trabalhistas estão sendo efetuados de forma correta.

A proposta firmada pela licitante é nitidamente INEXEQUÍVEL, comprovada por ela mesma que não soube preencher a planilha de custos. Entender seus custos, é condição prévia para saber até qual o valor é viável participar da licitação e cumprir com o OBJETO licitado, portanto, a empresa deve ser desclassificada do certame caso não seja por outros motivos, declarada a NULIDADE do Pregão.

DOS PEDIDOS

Conforme os fatos e argumentos apresentados neste RECURSO administrativo, solicitamos como lúdima justiça que:

- O Município de Schroeder constate que o instrumento convocatório contém regras incompatíveis com a Lei, desta forma, com seu poder/dever de anular seus próprios atos, maculados por vícios que os tornam ilegais e que não originam direitos, nos termos da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal declare a NULIDADE deste certame. Citamos, Art. 50 do DECRETO nº 10.024/2019:

Art. 50. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.



MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 38.092.528/0001-00
ME - MICROEMPRESA

- Não declarando a NULIDADE, instaure processo Administrativo para averiguações do pedido de Impugnação e apresente laudo técnico para determinar a recepção do Pedido de Impugnação em 10 de setembro conforme item do edital “10.3.” com endereço eletrônico “licitacao@schroeder.sc.gov.br”. Sendo comprovado o recebimento, que o presente certame seja suspenso e declarado sua NULIDADE;

- Em resposta a este Recurso, que seja anexada consulta a Polícia Federal e SINDESP – Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina, do Profissional e Empresas a executar o OBJETO licitado. Pedido este, que corroborará com a LEGITIMIDADE e LEGALIDADE para realizar novo certame, se necessário;

- Ainda, encaminhado para a Polícia Federal informações das empresas grifadas em vermelho que não possuem Alvará de Funcionamento com a finalidade de fiscalização. Informações a enviar: Razão Social, CNPJ, Endereço, Telefones, E-mails e informar as ofertas de lances para o presente pregão;

- Submeta ao Ministério do Trabalho e Sindicato, pedido de fiscalização à empresa licitante DEFENTEC VIGILANCIA LTDA, CNPJ 42.674.604/0001-63, para averiguações das condições de trabalho dos funcionários frente aos gritantes erros apresentados em desconhecer a base de remuneração dos Vigilantes, muitas vezes, apenas com estudo primário, sem conhecer de seus direitos trabalhistas;

Devido a erros apresentados na condução do certame, respeitosamente, **REQUEREMOS** que, com fulcro no Art. 9º da Lei nº 10.520/2002 C/C e Art. 165 da Lei nº 14.133/2021, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Respeitando o julgamento, tomamos esta medida administrativa para resolução de infortúnios, mas não havendo justificativas baseadas na Lei e devidamente justificadas, não descartamos a provocação judicial para conferir a lisura, transparência e conferir que todos os DIREITOS e OBRIGAÇÕES foram respeitados e cumpridos, bem como ao Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina referente a condução deste certame.

Peço Deferimento.

Blumenau/SC, 03 de outubro de 2024.

MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
38.092.528/0001-00